

### Capítulo 3

## A ORIGEM DE CLASSE DAS CRIANÇAS, OS ESTUDOS DA INFÂNCIA E O CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Ademilson de Sousa Soares - UFMG

Herbert Glauco de Souza - UFOP

Lucas Ramos Martins - UEMG

### Introdução

No contexto do neoliberalismo e de sua ampla hegemonia como racionalidade e como política econômica, é urgente, no campo dos estudos da infância, retomar o debate sobre a origem de classe das crianças como variável analítica essencial. Já não se trata mais de impedir que o Estado, como se empresa privada fosse, cumpra seu papel de garantidor dos direitos à educação, mas percebe-se uma influência enorme do neoliberalismo em relação ao Estado, instrumentalizando-o para beneficiar o capital financeiro. O próprio Novo Gerencialismo Público é uma consequência do pensamento neoliberal na gestão pública, por meio de uma cartilha que orienta os governos a enxugarem seus gastos com direitos sociais, privatizações de empresas públicas, inserção de princípios da gestão privada como competitividade, ranqueamento, avaliações externas, responsabilização dos gestores públicos etc. A nova fase assumida pelo capitalismo atual exige um substrato favorável em todos os âmbitos sociais, políticos e econômicos para que ele continue

hegemônico. Por isso, o confronto com o neoliberalismo deve significar o confronto com o capitalismo, que não somente não oferece alternativas para superar as desigualdades e o desemprego como é responsável pelo crescimento da pobreza e da fome mundo afora, com a crescente redução dos direitos trabalhistas e sociais (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023).

Menchise, Ferreira e Álvarez (2023) inspirados em Harvey (2008), Fontes (2010) e Piketty (2014), mostram que, em larga medida, as classes burguesas capitalistas se impõem sistematicamente sobre as classes trabalhadoras e subalternas, fazendo aumentar cada vez mais o poder e o capital nas mãos de poucos. O Estado, que deveria manter políticas públicas redistributivas, passa a ser combatido por fora e dominado por dentro pelas poderosas forças de mercado, que acabam impedindo e inviabilizando a redução dos desequilíbrios sociais e econômicos. A concentração de capitais necessita e faz aumentar diversas e perversas expropriações em que o sistema-mundo cria e mantém as condições de acumulação e reprodução do capital, a partir da própria dinâmica intercapitalista da concorrência e da luta de classes. A aparente separação entre economia e política serve, na verdade, para camuflar e esconder a lógica interna da dominação e garantir a opressão.

Dessa forma, a solidariedade social torna-se perigosa e revolucionária, precisando ser combatida e destruída a todo custo. Cresce a desumanização centrada no ódio ao outro, que pode e deve até mesmo ser exterminado, morto ou escravizado. Fica aberto, assim, o terreno para o retorno de figuras e de formas políticas como o fascismo ancorado no círculo vicioso do duplo movimento de concentração da riqueza e de aumento das desigualdades sociais. O descontentamento geral das classes populares, trabalhadoras e subalternas com esse estado de coisas é terreno fértil para atacar e destruir valores democráticos. Neste contexto neoliberal, é imprescindível combater a naturalização das tendên-

cias econômicas e reposicionar a ação política e a luta de classes como capazes de reverter o quadro que se apresenta parar todos nós.

Dessa forma, assumimos que esse texto é parte de nossos esforços de participar desse justo combate e dessa justa luta no campo dos estudos da infância que não tem considerado de forma aprofundada a discussão sobre o neoliberalismo e a origem de classe das crianças. Esse texto é uma forma de manifestação para que os pesquisadores da infância se voltem para essa temática. Assim, estruturamos nossa reflexão, além dessa introdução e da conclusão, em três partes. Na primeira, fazemos a proposta de retomada do debate sobre classe social e origem de classe. Na segunda, apresentamos textos do campo dos estudos da infância que tematizam essa questão. Finalmente, na terceira parte, defendemos o valor da luta de classes na teoria e nas pesquisas.

### **O dilema de nossas origens: retomando o debate sobre classes sociais**

O contexto da hegemonia do pensamento neoliberal na sociedade Brasileira faz com que a origem de classe do sujeito, em geral, e da criança, em especial, seja esquecida e até mesmo combatida. Cada uma vale pelo que individualmente é e se torna, e não pelo grupo ou classe social a que pertence. A retomada do debate sobre a origem de classe nos permite problematizar a pequena produção acadêmica a respeito dessa problemática nos estudos da infância. No livro de Lindenberg (1977), **A Internacional Comunista e A Escola de Classe**, há um prefácio de Poulantzas (1968; 1977) que indica, dentre outras coisas, a relação tensa e conflitiva entre classes sociais e poder político. Martuscelli (2018), por sua vez, dialoga com o pensamento de Althusser, combate a negação da luta de classes e critica os argumentos de que: 1) seria inútil resistir na contemporaneidade, e 2) não existiriam mais na escola espaços para

contradições, posições, pensamentos e combate livre de concepções. Žižek (2003) anuncia a existência de uma “quebra radical” entre as noções de “classe” e de “consciência de classe” se considerarmos, por exemplo, as posições de Lukács (1923), Althusser (2015) e Gramsci (2022), como expoentes da chamada tradição marxista ocidental e da necessidade de posicionar a luta de classes na política, na cultura, na economia e nas práticas educacionais. Nas políticas educacionais e nas pesquisas sobre essas políticas, por exemplo, é importante praticar a luta de classes, assumindo posições a partir de formulações claras sobre a origem de classe dos sujeitos sociais. Isso porque toda prática de pesquisa é um ato político aberto ou velado no interior da máquina acadêmica e científica.

O ato de pesquisar busca produzir ciência baseada em “leis universais” a serem aplicadas ou ciência produzida a partir de um posicionamento ativista transformador? Quando examinamos a base de dados dos estudos da infância e indagamos sobre a maior ou menor presença da luta de classes em seu interior, estamos, na verdade, indagando sobre qual concepção de pesquisa e de ciência, construída a partir de qual posicionamento diante da luta de classes, está prevalecendo entre nós. Essa base de dados utilizada como fonte (Soares, 2023) reúne os estudos da infância entre 2000 e 2023 e é constituída de 4436 trabalhos acadêmicos catalogados e disponíveis on-line. Esse total conta com: 1824 dissertações; 573 teses; 583 trabalhos completos apresentados na ANPEd, e 1456 artigos de periódicos da área de educação, classificados no *qualis* periódicos como A1 e A2.

Estamos produzindo conhecimento, instaurando eventos, fazendo nascer o que ainda não existia ou estamos apenas reproduzindo as ideologias dominantes? Estamos reféns do papo furado da pseudoracionalidade liberal ou estamos operando em prol de uma política emancipadora radical? O silêncio diante das políticas neoliberais no campo dos estudos da infância, por exemplo, pode sinalizar uma solidariedade implícita com o suposto capitalismo humanizado, defendido por liberais de

esquerda ou pela esquerda liberal. Esse capitalismo abdica de qualquer horizonte revolucionário, assumindo posições reformistas e/ou conformadas com a ordem das coisas no estado atual do mundo globalizado.

O pesquisador da infância tece a sua subjetividade “imperfeita” a partir de rachaduras no “edifício do Ser”, pois todo universal se apresenta “fora dos trilhos” e de forma descontínua, o que não significa estar mergulhado na radical contingência do viver. Como Brasileiro e também latino-americano, o pesquisador da infância entre nós pratica seu fazer acadêmico em terreno afetado pela longa história de colonização pela qual ainda passamos e promove a luta de classes, na teoria, a partir da realidade concreta vivida pelas crianças em nosso país. As crianças que integram as populações que habitam os países do capitalismo na periferia do mundo precisam ser compreendidas como sujeitos que sofrem e vivenciam os impactos dos processos de exploração típicos da lógica do capital.

Demandas particulares e locais podem fazer ruir o grande edifício rachado e fraturado do capital no qual estão imersas as crianças, vivenciando suas infâncias com imensas demandas não satisfeitas. Promover a luta de classes na teoria significa compromisso radical com essas demandas, pesquisando e apontando lacunas e possibilidades objetivas e subjetivas, considerando-se a interseccionalidade existente entre os marcadores sociais das diferenças tais como raça, etnia, gênero, sexualidade, língua, idade, região de moradia, origem de classe, entre outros.

Nesse texto, ao perguntar sobre a presença ou ausência do conceito de “classe social” nas pesquisas produzidas no campo dos estudos da infância no Brasil entre os anos de 2000 e 2023, estamos na verdade indagando sobre como os pesquisadores interessados em conhecer mais e melhor as crianças Brasileiras e suas infâncias consideram efetivamente, em seus estudos, as condições concretas vivenciadas pelos bebês e as crianças bem pequenas filhas e filhos das classes trabalhadoras e subalternas. O acesso à Educação Infantil e a qualidade desse acesso são

partes concretas das condições de vida das filhas e dos filhos das classes trabalhadoras e subalternas que frequentam as escolas no Brasil. Em que medida os trabalhadores da educação e os pesquisadores da educação estão engajados com essa classe trabalhadora concreta em prol da melhoria das condições concretas de vida dessa classe social? Em que medida o trabalho pedagógico desenvolvido na escola de Educação Infantil pode contribuir para que as crianças e suas famílias saiam da situação de classe-em-si para a condição de classe-para-si? Como as pesquisas acadêmicas se engajam e participam desse processo?

As teorias das classes sociais de Marx, Weber e Bourdieu são analisadas por Tineu (2017) a partir das noções de capital cultural-simbólico, capital econômico-concreto e capital provável-educacional, explicativas da sociedade contemporânea e formuladas por Bourdieu no contexto dos fenômenos sociais da dominação, da ideologia, da consciência, da educação e da luta de classes. A análise do volume, da composição e da trajetória do capital, tendo em vista a mobilização das classes sociais como agentes dos jogos do poder, permite situar o debate no contexto atual e entender posições semelhantes de classe, a partir de condicionamentos semelhantes e práticas de tomadas de posição de classe semelhantes por interesses e atitudes semelhantes. Como nos reconhecer e identificar no contexto das lutas de classes? Menezes (2022) discute as possíveis interfaces no conceito de classe formulado por Weber e Bourdieu, baseadas em noções weberianas de *status* e de estratificação e das noções bourdieusianas sobre posições de classe e de acesso diferenciado ao capital.

No chamado capitalismo competitivo, posições, disposições, *habitus*, incorporações e aprendizagens devem ser considerados no exame e na caracterização das classes e das movimentações entre as classes sociais. Matoso (2004), por sua vez, faz um levantamento bibliográfico sobre o comportamento das chamadas classes C e D, considerando definições sociológicas e antropológicas sobre a questão a partir da noção de “oportu-

nidades” oferecidas a diferentes pessoas situadas em diferentes posições de classe. Segundo essa autora, o comportamento, o consumo e o poder de compra das classes mais baixas ou menos favorecidas no Brasil e nos EUA precisam ser compreendidos por meio da literatura acadêmica.

Partindo dessas reflexões iniciais, fizemos um estudo exploratório e analítico das pesquisas catalogadas na base de dados dos estudos da infância entre os anos de 2000 e 2022, que reúne um total de 4436 trabalhos. Considerando que a interseccionalidade existente entre raça, etnia, gênero, sexualidade, língua, região moradia, origem de classe, dentre outros, marca e define a história das crianças e de suas infâncias, e que o Brasil é um país onde a população sofre com enormes desigualdades sociais, a origem de classe da criança foi a variável escolhida para mobilizar a escrita desse texto. Deste modo, buscamos, no conjunto de todos os trabalhos da base de dados, estudos com a variável “classe” em seus títulos, mesmo sabendo da limitação óbvia dessa opção.

No entanto, afirmamos a relevância dessa escolha, pois, conforme Souza (2022), o título é fundamental e expressa aquilo que a pesquisa tem de mais significativo. Este também permite amplo acesso aos resultados, desde que o título corresponda, de forma clara e adequada, ao conteúdo qualitativo e quantitativo que pretende apresentar para a comunidade acadêmica, constituindo-se na primeira porta de entrada e no primeiro elemento de contato entre o leitor e os resultados da investigação realizada. O título quase sempre determina se o conteúdo da obra será ou não lido e como será lido. No caso da variável “classe”, que poderia nos remeter à origem de classe das crianças, encontramos na base de dados dos estudos da infância apenas 12 trabalhos<sup>10</sup> que trazem essa palavra em seu título, conforme a Tabela 1 abaixo, para, em seguida,

---

10 No final do capítulo apresentamos a lista desses 12 (doze) trabalhos na forma de referências.

analisarmos como esses autores e autoras discutem a categoria classe social no contexto do neoliberalismo.

**Quadro 1** - Autores que incluem a palavra “classe” no título de seus trabalhos

<b>Autores/as e datas</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de texto</b>	<b>Instituição</b>
Flores (2000)	Conversando com educadoras e educadores de berçário sobre gênero e classe social	Dissertação de mestrado	UFRGS
Tavares (2002)	A cidade e a alfabetização das crianças das classes populares	Trabalho GT 06 da ANPEd	Reunião Anual da ANPEd
Sulzbach (2003)	Infância em cena: um estudo sobre o cotidiano de crianças de classes populares	Dissertação de mestrado	UFRGS
Silva (2006)	Relação creche pública-classes populares: a implementação do programa educiança nas creches da rede municipal de educação de Guarulhos	Dissertação de mestrado	PUC-SP
Colacioppo (2008)	O baixo desempenho na escrita de crianças de classe média sob a ótica de suas mães	Trabalho do GT 13 da ANPEd	Reunião Anual da ANPEd
Peloso (2009)	Paulo Freire e a educação da infância das classes populares em reflexões, imagens e memórias reveladas	Dissertação de mestrado	UEPG
Almeida (2012)	Crianças, classe social e trabalho pedagógico na creche	Trabalho do GT 14 da ANPEd	Reunião Anual da ANPEd
Arenhart (2013)	Culturas infantis em contextos desiguais: marcas de geração e classe social	Trabalho do GT 07 da ANPEd	Reunião Anual da ANPEd
Conde (2019)	Contribuições da Pedagogia Soviética Para a Educação da Criança da Classe Trabalhadora	Trabalho do GT 09 da ANPEd	Reunião Anual da ANPEd
Santos (2019)	O que ainda precisamos aprender para ensinar crianças das classes populares	Trabalho GT 06 da ANPEd	Reunião Anual da ANPEd

Pereira e Santiago (2020)	Cores que desenham o mundo: infâncias e as marcas de gênero, raça e classe	Revista Educação	UFSM
Oliveira (2021)	Negritude e classes populares: fios e desafios do diálogo entre professora e crianças na escola pública.	Dissertação de mestrado	UFF

Fonte: **Base de dados dos estudos da infância entre os anos de 2000 e 2022** (Soares, 2023).

## **As pesquisas no campo dos estudos da infância e o conceito de classe social**

Nos trabalhos de Almeida (2012), Arenhart (2013) e Colacioppo (2018), encontramos uma abordagem mais funcional-funcionalista do que uma abordagem crítica e pós-crítica sobre a origem de classe das crianças. Almeida (2012) analisa a participação das crianças na reprodução das posições de classe a partir da sociologia da infância, tendo em vista a noção de capital cultural das famílias, e discute como a escola produz e reproduz a desigualdade de classe entre as crianças. Arenhart (2013) parte da sociologia e da antropologia para apontar e compreender como as variáveis tais como classe, gênero, raça, etnia, etc. influenciam os modos de conceber e de organizar as relações geracionais, considerando que a criança, em sua condição una e plural, é socialmente construída. A desigualdade entre as crianças é observável a partir da estratificação das classes sociais. Colacioppo (2008) discute o desempenho de crianças da classe média na escrita a partir da ótica de suas mães. Ancorada nos trabalhos de Bourdieu (1998) sobre herança e capital cultural, a autora discute que o acesso à materialidade econômica é necessária, mas não suficiente para a escolarização bem-sucedida e a trajetória escolar prestigiosa.

Conde (2019), por sua vez, apresenta e discute as contribuições da

pedagogia soviética para a educação da criança filha da classe trabalhadora, tendo como base teórica o pensamento de Marx e Vygotsky. O objetivo maior é refletir sobre a educação da criança da classe trabalhadora, conforme as concepções da pedagogia socialista e soviética. Concebe-se a criança como produto das relações sociais historicamente construídas, mesmo que ela tenha estrutura psicológica distinta dos adultos. No entanto, segundo Conde (2019), é ilusória a tentativa de separar a criança das relações de produção e reprodução da vida social concreta.

Nos trabalhos de Flores (2000) e Oliveira (2021), encontramos a abordagem da origem de classe social relacionada ao debate sobre gênero e negritude. Flores (2000) analisa a relação entre gênero e classe social a partir da conversa com educadores e educadoras de um berçário na cidade de Porto Alegre. Implicações pregressas e perspectivas futuras são discutidas por autores de aportes teóricos diversos, tais como Hall (1997), Freire (1998), Brandão (1995) e Vygotsky (1994). A autora utiliza o termo “classes de formas variadas”, tais como: classe menos favorecida, classe social mais baixa, classe privilegiada, classes estratificadas, classe social, classe trabalhadora, origens de classe, classe média, identidade de classe, ascensão de classe, pertencimento de classe, classes populares, classe média e classe média baixa. O foco analítico é a relação entre gênero e classe social em uma instituição de Educação Infantil. A diferenciação da oferta de vagas para crianças filhas da burguesia e filhas da classe trabalhadora na história das creches e dos jardins de infância no Brasil é analisada pela autora. Em creches filantrópicas e comunitárias, era exigida, por exemplo, a apresentação de vínculo empregatício por parte da mãe. O atendimento em creche esteve por muito tempo associado à ideia de um direito da mãe da classe trabalhadora, e não a um direito da criança como ser social.

Oliveira (2021), por sua vez, aborda a relação entre negritude e clas-

ses populares na Educação Infantil e utiliza amplamente o conceito de classe popular baseado em contribuições de Paulo Freire. No trabalho do autor, podemos imaginar uma educação classista-interseccional que seja também antirracista e que eduque o ser negro das crianças das classes populares, trabalhadoras e subalternas. Retirar a negritude do silenciamento e da invisibilidade é estratégia fundamental para a proposta de uma educação antirracista que se construa “cavoucando” intencionalidades pedagógicas, desde a origem de classe das crianças, estilhaçando “máscaras brancas” e fazendo ecoar vozes negras subalternizadas. Uma educação popular deve eclodir no espaço público da Educação Infantil, ou seja, as práticas pedagógicas trabalhadas com as crianças devem ser libertadoras e emancipadoras (Oliveira, 2021).

A Educação Infantil, quando parte radicalmente do diálogo com as origens e os pertencimentos das crianças, deve ser necessariamente interseccionalizada. Neste sentido, Oliveira (2021) argumenta que as teorias vindas do feminismo negro são fundantes para compreender opressões vividas e perpetuadas. Desta forma, permite que possamos ver, rever e revelar a realidade das crianças negras e não negras das classes populares manifesta nos problemas sociais que atravessam suas histórias de vida, anunciando e denunciando “opressões interseccionais” de classe, raça, etnia, idade, gênero, sexualidade, língua, religião, nação etc., que são simultâneas e sobrepostas. Neste sentido, escutar as vozes das crianças é um caminho potente para evidenciar resistências e conquistas possíveis, bem como lacunas historicamente impostas pela lógica do capital.

Pesquisar a realidade das crianças na Educação Infantil, a partir de abordagens interseccionais, significa buscar transformações em prol da justiça social. Oliveira (2021) pontua, ainda, que os sistemas de dominação estão interconectados e buscam nos subjugar por inteiro. Por isso, nossas categorias de análise não podem ser monocromáticas e pre-

cisamos interseccionar nosso olhar. Se a modernidade pode ser vista como uma conquista de todos nós, a hegemonia moderna, dominada pelo capitalismo neoliberal, deve ser questionada e combatida. Precisamos inventar outras formas de ver e de transver e podemos apostar em um transmodernismo (Dussel, 2005). A escola pública não resolve tudo, mas pode ajudar muito recolhendo vozes e potencializando resistências negadas, silenciadas e oprimidas. Precisamos romper com a naturalização das desigualdades concretas entre os seres humanos e “quebrar” o silêncio que foi, continua sendo imposto e que reforça e faz perpetuar a condição de oprimida e de emudecida das classes populares.

Nos estudos de Santos (2019), Silva (2006), Sulzbach (2003) e Tavares (2002), a abordagem gira em torno da noção ampla e vaga de “classe popular”. Santos (2019) pergunta o que ainda precisamos aprender para ensinar meninos e meninas das classes populares e afirma que uma coisa é certa: com toda a contribuição teórica e as experiências pedagógicas espalhadas pelas escolas do país, não podemos continuar pensando uma educação para as crianças das classes populares, a partir de uma infância abstrata, genérica e homogênea. Sabemos da existência de diferentes infâncias. A perspectiva da autora é discutir que a forma de educar as crianças de classes populares não deveria ser a mesma porque há um déficit cultural (capital cultural diferenciado ou ausente?) e outros condicionantes externos sociais que impediriam essas crianças de aprenderem como as demais dos grupos favorecidos.

A autora indaga se os seus saberes são outros e se teria que existir uma pedagogia outra para essas crianças. Mas a sua perspectiva também é vaga em relação a classes populares (quem são essas pessoas, que fatores as distinguem e as agrupa sob esse rótulo?). São as escolas e os professores que têm que se adaptar e adaptarem suas formas e métodos de ensinar essas crianças? As questões não são mais amplas e estruturais? Não só isso pode sobrecarregar os professores como não resolve-

mos o problema social mais amplo de violência, desigualdade social e desigualdade de acesso à cultura. A cultura da escola não é a cultura da elite; a elite se apropriou historicamente, mas o problema não é o conteúdo em si, mas as formas desiguais de sua apropriação pelos grupos sociais.

Silva (2006), ao estudar o processo de implementação do Programa Educiança nas Creches da Rede Municipal de Educação de Guarulhos e a relação entre creche pública e classes populares, apresenta bem timidamente e superficialmente uma discussão sobre classes populares no seu segundo capítulo (mais precisamente no item 2.2 “Educação Infantil para crianças das classes populares: direito ou concessão?”). Não há uma conceitualização de classes populares por parte da autora. Sobre as instituições do tipo creche no Brasil, a autora do trabalho diz que, na sua origem, apresentava-se uma conotação moralista, baseada no modelo asilar – um equipamento social voltado para as camadas menos favorecidas da população. Posteriormente, ela ressalta que essas instituições se destinavam a pessoas consideradas carentes e têm um forte viés assistencialista, como se fosse uma concessão de grupos favorecidos aos desfavorecidos. Mas o termo classes populares está bem vago no texto. Quem são essas classes?

Sulzbach (2003), ao realizar um estudo sobre o cotidiano de crianças de classes populares com necessidades educativas especiais, apresenta um resgate histórico das crianças ao longo de quase cinco séculos no Brasil: os grumetes, que eram usados como trabalhadores/aprendizes nas embarcações durante as grandes navegações (muitos desses eram raptados de suas famílias, como as crianças judias, estratégia usada por Portugal para conter o crescimento da população judaica), mas também crianças portuguesas que eram “recrutadas” com um certo consentimento das famílias em troca de benefícios futuros. Posteriormente, as crianças indígenas em terras Brasileiras foram convertidas ao catoli-

cismo por serem consideradas “seda” virgem, chegando até as crianças negras nascidas escravas no Brasil durante o período colonial.

Em seguida, Sulzbach (2003) discute o caráter assistencialista às crianças abandonadas no Brasil por meio de uma instituição importada da experiência europeia conhecida como Roda dos Expostos, colocando em relevo o caráter assistencialista desses locais reservados às crianças abandonadas. A Roda dos Expostos foi uma instituição tão longeva que só foi terminar na década de 1950 do século XX no Brasil. O Brasil, um dos últimos países a acabar com a instituição “escravidão”, foi o último a acabar com as Rodas dos Expostos. A Roda dos Enjeitados, também conhecida como Roda dos Expostos, era um objeto cilíndrico instalado do lado de fora de instituições geridas por irmandades religiosas. Servia para recolher recém-nascidos rejeitados, sobretudo durante os séculos XVIII e XIX. Elas surgiram como uma alternativa para solucionar o problema do abandono de bebês pelas ruas das vilas e cidades, mantendo o anonimato de quem os deixava. Nas instituições religiosas, as crianças eram acolhidas e entregues à adoção de famílias ou até ingressavam na vida religiosa, ficando a vida toda nos conventos. No Brasil, havia cinco rodas, sendo as mais antigas aquelas da Santa Casa de Misericórdia de três cidades: a de Salvador, fundada em 1734; a do Rio de Janeiro, fundada em 1738, e a do Recife, fundada em 1789. Segundo dados de relatórios oficiais, somente na Roda do Rio de Janeiro foram recolhidas 47255 crianças entre 1738 e 1888 (Memorial da Pediatria Brasileira).

Para Sulzbach (2003), com a necessidade de mão de obra para a incipiente indústria Brasileira, além de trabalhadores para serviços nas fazendas e na marinha, muitas crianças dos recém-criados orfanatos eram “recrutadas” para esses e também para pequenos serviços em lares de famílias abastadas da sociedade Brasileira, cujo salário era ter um lugar para dormir e alimentos. A autora destaca a relação entre trabalho infantil e crianças “abandonadas” desde o período do Brasil Colônia-

-Império, quando as crianças escravas trabalhavam para seus donos. No início da República e no nascimento da indústria no país, as crianças trabalhavam para os capitalistas e para os grandes proprietários de terra como boias-frias, nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola, nas casas de família, e, finalmente nas ruas para se manterem e também suas famílias.

Outra questão ocorreu quando passamos das Rodas dos Expostos para as crianças de Escolas-Reformatórios, no Brasil, até as crianças das FEBENs, instituições criadas para as crianças consideradas abandonadas e perigosas, potencialmente marginais e delinquentes – crianças essas chamadas de “disfuncionais” para a ordem vigente. Mas uma sociedade desigual como a Brasileira não faria nunca a autocrítica de que a exclusão dessas crianças é consequência do próprio modelo social, político e econômico vigente e uma condição para a perpetuação dos privilégios da elite.

A contradição, portanto, se instaura na própria e perversa relação entre subalterno e dominante – coexistência de uma contradição necessária e funcional ao *status quo*. Interessante a recuperação histórica que a autora faz até a discussão das crianças que moram hoje em vilas, favelas, aglomerados e comunidades na atual sociedade Brasileira, ou seja, a infância de periferias Brasileiras. No entanto, da mesma forma que os demais “trabalhos”, o adjetivo “populares” é usado de forma genérica no sentido de subalternidade, pois não há uma explicação sobre o porquê tomar tanta diversidade social e temporal sob o rótulo genérico de “classes populares”. A marginalidade é o traço comum entre essas crianças, mas crianças nomeadas de “marginais” porque os modelos societários existentes no Brasil as levaram como uma força centrífuga para a margem.

A abordagem genérica e ampla em torno da noção de “classe popular” também aparece no texto de Tavares (2002). A autora, ao discutir a relação entre as cidades e o processo de alfabetização de crianças das

classes populares, afirma que a rua sempre se colocou, para os despossuídos de bens materiais (propriedade, terras, títulos, dinheiro etc.), como um espaço privilegiado na cidade para as trocas, para a venda de sua força de trabalho, para a produção de suas diferentes formas de sobrevivência. Segundo Tavares (2002), para as classes populares em suas táticas de (sobre)vivências, as ruas, os espaços públicos, as áreas menos controladas pela racionalidade urbana, se tornam espaços privilegiados do “correr atrás”: correr atrás do emprego, do benefício, das trocas, da venda de sua força de trabalho, do negociar e/ou do simplesmente mendigar, roubar.

A autora do texto também trabalha com uma noção vaga de classes e/ou camadas populares. O que são classes populares? Quais os elementos em comum esses sujeitos possuem que os possamos agrupar nessa categoria? Classe no sentido marxiano envolve uma conexão com o modo de produção da vida material e com sujeitos nos quais conseguimos identificar traços semelhantes que os unem, mesmo que num primeiro estágio de consciência eles sejam uma classe em si, desorganizada e amorfa. Não se trata, assim, de uma classe para si, organizada, consciente de seu poder político, social e potencialmente histórico.

O adjetivo “popular” diz respeito aos habitantes das periferias nas grandes cidades, despossuídos materialmente? A noção/categoria “classes populares” é tão ampla que se torna vaga: desde as pessoas que têm casas simples e moram na periferia e não têm acesso à maior parte dos bens materiais e simbólicos, até aquelas em situação de rua que se encontram desprovidas até mesmo do exercício político da cidadania. Mas também alguns extratos da classe média não seriam enquadrados como classes populares? O que distingue os populares das classes que seriam seu oposto? Poderíamos chamar de classes os moradores em situação de rua? Classe pressupõe uma função no mundo da produção, ou traços identitários? Não sabemos pelo texto da autora. Essas pessoas vivem

um grau tão grande de degradação humana que não sabemos se seria adequado as enquadrar como classe. Os “marginais” se configurariam como classe? Como, onde preponderam a desordem e o caos, poderá haver um agrupamento identitário chamado de classe social?

Todavia, o estudo de Peloso (2009) combate abertamente os processos de opressão e discute a origem de classe das crianças por meio de Freire (1998), cujo pensamento contribui para compreendermos as condições de opressão às quais muitas crianças das classes populares estão submetidas. Com Freire (1998) entendemos que a criança é sujeito que está sendo e se tornando o que é com liberdade e autonomia. A falta de garantia ou mesmo a destituição de direitos fundamentais, tais como moradia, saúde, lazer, educação, dentre outros, impõe severos limites à nossa vocação de nos humanizarmos sempre e cada vez mais, agravando o processo de desumanização vivenciado por essas crianças. Uma pedagogia da infância oprimida e periférica voltada para as classes populares pode contribuir de alguma forma para reverter esse processo desde a escola da Educação Infantil.

Nessa mesma perspectiva, Pereira e Santiago (2019) propõem estratégias que podem ser apropriadas na construção de uma pedagogia da infância oprimida, mobilizando dimensões artísticas e estéticas que possibilitem às crianças dialogarem sobre suas formas de ser e de viver. As experiências sociais deixam marcas nas suas formas de existir e de representar o mundo em que vivem. Rastros do viver podem ser revelados e comunicados, assim como jeitos de ser, interseccionados pelas origens de classe, raça, etnia e pelas questões de gênero vivenciadas nas áreas rurais e nas periferias urbanas. Traços, símbolos, sons e cores das culturas infantis se fazem presentes entre as crianças e atravessam sua condição e sua origem de classe, nos permitindo pensar com elas e sobre elas para muito além das lógicas do mercado e do capital que também nos atravessam e nos marcam.

## **A origem de classe das crianças e a luta de classes na teoria**

Nas pesquisas para, com e sobre a criança, infância e Educação Infantil, no campo mais amplo dos estudos da infância, a luta de classes na teoria que promova e lute pela recuperação das origens sociais das crianças deve ser necessariamente interseccional. O debate sobre interseccionalidade proposto e sustentado por Oliveira (2021) pode e deve ser articulado ao resgate do pensamento social latino-americano em diálogo com diferentes correntes das teorias críticas e pós-críticas da atualidade. Uma radical criticidade das teorias permite, de acordo com Aguiar (2018), compreender com mais profundidade as formas de subalternização ancoradas na colonialidade do ser, do poder e do saber (Quijano (2005). No entanto, fazer esse resgate priorizando dimensões culturalistas e subjetivistas pode fragilizar as lutas em prol da superação das vulnerabilidades das populações e das crianças da Região, que vivem plenamente inseridas na economia mundial e submetidas aos ditames do capitalismo global. Assim, para decolonizar ou descolonizar, é preciso ser contracolonial e anticolonial.

Para isso é urgente articular, por exemplo, elementos não eurocêntricos da colonialidade e do marxismo, no sentido de propor uma análise dialética da realidade concreta da formação econômica e social de cada país latino-americano, revisitando termos como imperialismo, colonização, racismo, colonialismo, neocolonialismo e subalternização. Esses termos precisam ser revisitados por pensadores/as conscientes e críticos da colonialidade do poder centrada na classificação étnica e racial da população mundial (Quijano, 2005). Nesse movimento social e intelectual, a desconstrução de práticas racistas deve ser feita em diálogo com autores tais como Lenin, Gramsci e Mariátegui, aproximando a vontade popular e o saber intelectual em prol da luta dos subalternos presentes nas questões locais reais dos colonizados, que podem mobilizar múlti-

plas forças revolucionárias.

Para isso, é preciso ainda combater o império capitalista e promover a luta anti-imperialista que é idêntica à luta anticapitalista. Lutas políticas e teóricas que dialogam com os movimentos contestatórios e perturbam a hegemonia política e ideológica do neoliberalismo na América Latina, ou seja, rompem com alguns movimentos acadêmicos “puristas”, impedem o diálogo e a conexão entre diferentes movimentos teóricos. Parecem, desta forma, cada vez mais urgentes o diálogo e a (re)aproximação entre o marxismo e as correntes decoloniais.

Como a questão da relação entre capitalismo e imperialismo no contexto da globalização neoliberal do mundo atual aparece nos estudos da infância? Existe uma tendência analítica na nova teoria social de separar a situação local de cada país da situação do imperialismo e do capitalismo global como se fosse possível analisar a colonialidade do ser, do poder e do saber na América Latina, de forma isolada e a partir de uma ruptura radical com as teorias que venham de fora da região, como é o caso das teorias de Marx. É importante valorizar sempre um pensamento latino-americano que toma como referência as experiências concretas dos sujeitos subalternos e oprimidos, criticando-se o ocidentalcentrismo e o eurocentrismo. No entanto, Aguiar (2008) argumenta que a luta pelo fim das opressões e pela emancipação é uma luta de todos os povos da terra. Por isso mesmo, é preciso fazer convergir teorias do centro e da periferia que estão engajadas nessa luta (Dussel, 2005).

A tentativa de incorporar indígenas, negros e camponeses na luta de classe é parte desse esforço de unir ação política e luta teórica, pois a fermentação revolucionária que nasce nas periferias do mundo é fruto de uma simbiose entre o popular e o intelectual. A centralidade está na luta de classes, renovando as ciências sociais críticas, dialogando com estudos subalternos e radicalizando o giro decolonial. Neste contexto, compreende-se a universalidade do sistema do capital e organizam-se

as lutas desde a periferia do sistema em diálogo permanente com os teóricos da pós-modernidade, dos estudos culturais, das teorias feministas, das teorias pós-coloniais e dos estudos subalternos.

Nessa mesma perspectiva, os estudos da infância dialogam com a Pedagogia do Oprimido (Freire, 2005) para entender a relação entre colonialismo, modernidade, colonialidade e educação. As lutas contra a opressão desde a escola de Educação Infantil precisam se desenvolver a partir da práxis dialógica, libertadora e emancipadora. O combate a todas as formas de injustiça e de subalternização das crianças exige compromisso com uma educação radicalmente libertadora que ajude as crianças a superarem todas as formas herdadas de opressão que nos leva à vida adulta. Isso porque muitas vezes nem sabemos quem somos, que faz com que, por exemplo, a pessoa negra, submetida ao processo de colonização, negue sua identidade e transite ser para o não ser, sem reconhecer e problematizar sua situação de classe e seu pertencimento racial (Fanon, 1983 e 2022).

As heranças do colonialismo atravessam as crianças e suas famílias, fazendo com que o colonizador tente manter o colonizado sob dominação, invisibilidade e subalternidade. Desde a invasão das Américas, indígenas e negros foram levados a crer que são seres sem alma, são não humanos ou sub-humanos. Foram levados a buscar no europeu o aval para se tornarem humanos por meio da catequese e da evangelização. O poder central homogeneizador impôs e ainda impõe um padrão de sociedade civilizada, moderna, culta e desenvolvida que cultiva e precisa cultivar rígidas hierarquias e classificações.

### **Considerações finais**

Após a retomada do debate do conceito de classe social e do exame dessa discussão a partir da base de dados dos estudos da infância (Soares, 2023), concluímos, provisoriamente, que a grande ausência do

conceito classe social nas pesquisas para, com e sobre criança, infância e Educação Infantil revela a necessidade urgente de preenchermos essa lacuna. A interseccionalidade entre raça, etnia, classe, gênero, idade, língua, religião, região de moradia, dentre outros marcadores sociais da diferença, tem sido apontada pelos estudiosos do campo como caminho promissor para a compreensão da criança como sujeito, agente e ator que interpreta e produz cultura. Não se trata obviamente de hierarquizar tais marcadores e indicar aquele que seria mais determinante que os outros. Trata-se tão somente de fazer equivaler, na produção do conhecimento, todos eles. Neste ínterim, a ausência da origem de classe das crianças em nossos estudos é preocupante.

Outra conclusão provisória diz respeito ao predomínio de uma noção de classe, seja no viés funcional e funcionalista, seja numa abordagem bastante genérica sobre “classe popular”. Essa fragilidade teórica decorre da recusa de problematizar criticamente paradigmas analíticos predominantes que são oriundos de uma aceitação passiva do ideário neoliberal, como se fosse único e como se expressasse de fato o fim da história como querem fazer crer aqueles que servem ao *status quo* estabelecido.

Por fim, apontamos a necessidade de aproximar os estudos da infância dos pesquisadores de/des/contra/anti/pós-coloniais a partir da incorporação de uma crítica radical ao capitalismo elaborada no diálogo com Marx (1971), Lenin (2019), Lukács (2003) e Gramsci (2022), dentre outros. Essa aproximação e esse diálogo nos permitirão analisar mais e melhor as crianças, vivenciando o contexto de suas infâncias no contexto latino-americano, marcado por crescente desigualdade social. Sabemos todos que não compreenderemos as crianças e suas famílias sem uma consistente análise teórica da origem de classe e da luta de classes no contexto atual do neoliberalismo, como procuramos demonstrar nesse texto.

## Referências

AGUIAR, Jórisa N. Danilla. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. **Revista IEALC**, v. 2, n.1, p. 67-87, 2018. Disponível em: <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/viewFile/2784/5656>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 11), p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu - Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. *In*: LANDER, E (org.). **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo, Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. Rio de Janeiro: Factor.1983.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 165p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** (vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce Capa comum, 13 junho 2022.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LENIN, Wladmir Ilianov. **Democracia e luta de classes**. São Paulo: Avante, 2019.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUZA, Marcos de. A pesquisa científica e seus títulos. **Revista Conhecimento em Ação**, n. 1, v. 7, p. 3-23, 2022.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Quais foram as contribuições principais que a obra do filósofo Louis Althusser e a corrente marxista althusseriana deram para o debate sobre o aparelho escolar na sociedade capitalista?** Jornada 200 anos de Marx: Marxismo e Educação. UNOCHAPECÓ, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATOSO, Cecília Lima de Queiros. Q. Classes sociais e o comportamento das classes C e D: um levantamento bibliográfico. **R. Ci. Humanas**, v. 4, n. 2, p.127-138, dez. 2004.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Louis Fernandez. L. F. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 1-21, jan. 2023.

MENEZES, V. M. O. Interfaces entre Max Weber e Pierre Bourdieu na análise de classes. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, e022029, 2022.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POULANTZAS, Nicolas. **Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste**. Paris: François Maspero, 1968.

POULANTZAS, Nicola. “Prefácio”. *In*: LINDENBERG, Daniel (org.). **A Internacional Comunista e a Escola de classe**. Coimbra: Centelha, 1977.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo, Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOARES, Ademilson de Sousa. **Base de dados dos estudos da infância entre 2000 e 2023**. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 2023. (Arquivos da pesquisa).

TINEU, Rogerio. Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.10, n. 29, p. 89-107, jun./set. 2017.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ZIZEK, Slavoj. De história e consciência de classe à dialética do esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, n. 59, p. 159-175, 2003.

## **Textos da base de dados com a palavra classe em seus títulos**

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. Crianças, classe social e trabalho pedagógico na creche. GT14-Sociologia da Educação, **35ª Reunião Anual da ANPEd, 2012.**

ARENHART, Deise. Culturas infantis em contextos desiguais: marcas de geração e classe social. GT07- Educação de Crianças de 0 a 6 anos. **36ª Reunião Anual da ANPEd, 2013.**

COLACIOPPO, Ana Carolina. O baixo desempenho na escrita de crianças de classe média sob a ótica de suas mães. GT13-Educação Fundamental. **31ª Reunião Anual da ANPEd, 2008.**

CONDE, Soraya. Contribuições da Pedagogia Soviética Para a Educação da Criança da Classe Trabalhadora. GT09- Trabalho e Educação. **39ª Reunião Anual da ANPEd, 2019.**

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Conversando com educadoras e educadores de berçário:** relações de gênero e de classe na Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2000.

OLIVEIRA, Joana Paula dos Santos Gomes de. **Negritude e classes populares: fios e desafios do diálogo entre professora e crianças na escola pública.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói-RJ, 2021. PELOSO, Franciele Clara. **Paulo Freire e a educação da infância das classes populares em reflexões, imagens e memórias reveladas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UEPG, Ponta Grossa, 2009.

PEREIRA, Artur Oriel; SANTIAGO, Flavio. Cores que desenham o mundo: infâncias e as marcas de gênero, raça e classe. **Revista Educação**, Santa Maria, UFSM, 2020.

SANTOS, Margarida dos. O Que Ainda Precisamos Aprender Para Ensinar Crianças das Classes Populares. GT06- Educação Popular. **39ª Reunião Anual da ANPEd**, 2019.

SILVA, Célia Regina. **Relação creche pública-classes populares**: a implementação do programa educríança nas creches da rede municipal de educação de Guarulhos. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, São Paulo, 2006.

SULZBACH, Raquel Alvarez. **Infância em cena**: um estudo sobre o cotidiano de crianças de classes populares, com necessidades educativas especiais. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. A cidade e a alfabetização das crianças das classes populares: algumas considerações. GT06-Educação Popular. **25ª Reunião Anual da ANPEd**, 2002.